

# Indígena e o desafio diferenciado

Eliene dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i38.624>

Curacy era minha avó, pertence ao povo Baré, morou sempre no Mufubé, próximo da comunidade indígena Boa Vista, no Médio Rio Negro, no Amazonas, teve nove filhos, 32 netos e 28 bisnetos.

Jovem, aos 42 anos, teve câncer de colo de útero. À época, fez o tratamento por intermédio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e depois pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Os procedimentos relativos ao atendimento de Curacy foram realizados na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Amazonas (CECON), em Manaus, Amazonas.

Aos 78 anos veio um segundo câncer, em 2012, diagnosticado como câncer do reto, porém foi liberada para voltar à comunidade, ao final do mesmo ano, por não ter condições físicas e o câncer estar na fase invasiva sem reversão. Segundo minha avó o câncer: “...*não é uma doença nossa a gente tem*”, pois na verdade ele chegou “*há muito tempo atrás ... quando muita gente veio para o nosso rio ...*”. Ela afirma que foram aquelas pessoas que trouxeram a doença, pois “... *antes não tinha nada disso...*”.

Curacy, queixava-se menos da doença e mais do fato de que

*[...] o ruim é ficar longe da casa e das coisas nossa daqui [do Mufubé], eu fico muito triste por não poder fazer nada ... sinto muita tristeza quando estou longe da minha casa e tem muito remédio para tomar, mais eu tomo tudo para eu voltar logo.*

E prossegue dizendo:

*[...] às vezes é muito chato ficar sem fazer nada. E eu sei que vou ficar logo boa se eu for para o Mufubé [aldeia de origem], lá tem Carapanauba e Sacaca que eu tomo e fico boa, o que adocece é ficar longe de tudo. O importante é estar em casa com todos”.*

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

Pensativa, Curacy informa “... o câncer que o branco fala não é ruim não, o que é ruim é quando precisa sair daqui [de Mafubé] e ir para Manaus”. Em Manaus, dizia a vovó,

*[...] lá tudo fica longe, tem que ir de carro, dói a cabeça, [é] muito exame, mesmo estando com os outros da família, não é bom. Muito barulho, nós sabemos como cuidar dessa doença e é rápido, o branco não conhece e nem acredita em nós.*

Curacy ressaltava que “*muitas doenças vieram pelo rio*”. E afirma “*essa doença veio, também, pelo rio quando chegaram [os cearenses] para ir para o seringal, a minha mãe falava que eles traziam muitas doenças, essa que falam, foram eles por que antes não tinha*”.

Vovó comparava os tratamentos da “*doença de branco*”, pois se fosse tratada em Santa Isabel do Rio Negro, ela dizia:

*[...] eu gosto um pouco [de Santa Isabel], pois tem mais família, lá tem hospital e eu conheço todos lá, eles cuidam bem de mim, eu entendo bem a enfermeira, ela é igual nós [indígena], só às vezes que é ruim quando tem gente diferente.*

E me tendo, como ouvinte, Curacy afirmava:

*[...] eu sei curar essa doença, eles nem sabem. A doença tem muita coisa, ela vem muito quando a gente fica sozinho e triste, aí não come direito fica tudo fraco, o corpo a dona Chiquinha [pajé indígena mulher] cura também quando estou lá.*

Vovó informa que D. Chiquinha

*[...] também disse que era doença que veio de longe, então ela afasta todo mal e depois eu fico muito bem, eu fico ruim mesmo quando tenho que sair para cuidar da doença de branco, eles só cuidam por que é deles, mas nós já sabemos cuidar a doença deles, nós já aprendemos. Antes só eles sabiam, ... agora a gente já sabe e cura mais rápido. Eu mesma, cuidei com branco e não deu certo. Acabou que curei aqui mesmo, agora, já estou boa não fico mais triste, nem sozinha, isso que faz mal para nós ficar sem nossa comida boa, rede, peixe e a família né? Às vezes, eu fico quieta só lembrando como era antes, não tinha doença feia, agora, tem muito, aumentou mais, o ruim é sair daqui e sem tempo para voltar, eu não fico preocupada com a doença, eu só quero saber quando vou voltar, quero voltar logo por que lá é muito ruim demais. A doença é ruim quando ficamos longe de tudo que a gente queria*

*de estar perto é bom quando volta logo, fico boa rápido quando volto logo.*

O depoimento de minha avó põe à prova as formas de tratamento oferecidas pelo Sistema de Saúde hegemônico no Brasil. Sistema que desconsidera o contexto do usuário e a diversidade étnica, afastando-o dos parentes; e, sobretudo, não dialoga com o sistema tradicional de ação para saúde, utilizado pelos povos indígenas. Um sistema que não atende a representação da interculturalidade, de respeitar a especificidade de que, se um indígena adoece, toda família ou aldeia também fica doente. É preciso o entendimento da relação saúde – doença dos povos indígenas no Brasil.

A conversa/entrevista com a minha avó foi feita para a disciplina *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, quando treinávamos as formas de obter depoimentos e narrativas. O evento me fez lembrar minha história de vida e minhas opções pelo campo da saúde.

Eu sou Putira Sacuena, indígena da etnia Baré, nasci das pedras do fundo das águas negras, somos os povos indígenas das águas, moramos no percurso do Rio Negro... A nossa língua foi extinta por muitos anos atrás e, hoje, falamos o Nhengatu (oficializada pelos Franciscanos, como forma de controle e evangelização). Nasci no município de Santa Isabel do Rio Negro no Amazonas, cresci e vivi entre o Mufubé e o município, pois os meus pais eram professores, ou seja, os poucos daquela época. Tínhamos uma única escola que era das freiras salesianas o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, estudei todo ensino fundamental nessa escola, cheia de regras totalmente colonizadoras, onde falar a língua indígena era vergonhoso, eu ouvia muito a língua nas férias, quando íamos para o Mufubé e de lá para as outras comunidades visitar a nossa família.

Ser filha de professores não era tão bom assim, as regras eram mais duras, pois tínhamos que ser exemplos. Os meus pais sempre foram ótimos alunos, afinal de contas se tornaram indígenas professores. O meu pai veio na época para Belém estudar matemática na UFPA. Teve “ajuda” do exército que trazia os que se destacavam nos estudos dos “malditos internatos” conforme as escolhas dos padres, vários indígenas de todo Rio Negro tiveram suas formações assim. A minha mãe foi da primeira turma de pedagogia indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ela sempre falava que bom que vocês não “sofreram” o internato, pois com a presença dos meus pais na cidade eu pude estudar sem

morar no internato, diferente de alguns colegas. Existia uma educação totalmente “diferente”, lembro do hasteamento da bandeira todas as manhãs e as tardes, o sol era horrível de rachar qualquer cabeça, porém precisávamos seguir as regras desde de pequenos.

As comemorações religiosas eram as mais animadas para a escola, pois a nossa participação era obrigatória, lembro muito de professoras e professores sempre pedindo para estudarmos que era preciso ter mais professores, essa era única expectativa que existia ou então íamos ser comerciante. Entre os estudos tínhamos a roça para cuidar. Eu sabia que não era fácil para meus pais nos sustentar, éramos três filhas e dois filhos, muitas das vezes, principalmente na época da seca do Rio Negro convivíamos com escassez de alimentos, pescar e caçar era necessário nessa época. Até hoje, acho o período da seca o mais lindo do rio Negro as praias são lindas e o pôr do sol sem comentários, não existe outro igual. Sentar na beira do rio para pescar sempre foi um privilégio.

A ida nas férias para as comunidades era sempre esperada. O Cartucho, Boa Vista e o Roçado eram as prediletas, nesses locais tínhamos, ou seja, temos familiares. Na Boa vista e no Cartucho tinham as famosas festas dos Santos ainda deixada pelos colonizadores, porém o Dabucuri (Ritual indígena de agradecimento por alguma safra de fruta) permanecia firme em nossa cultura. Os encantados nos acompanhavam no decorrer do Rio Negro, principalmente na visita ao pajé indígena Tukano Zé Grande, no pé da serra do Jacamin, lugar com uma cosmologia intensa e uma ancestralidade que era/é respeitada por todos e todas os indígenas do local. A pedra Benta fica em um dos lugares ditos mais perigoso dos encantados. O respeito pela nossa cosmologia é passado de geração em geração, pois se deve “cuidado” com os encantados.

Quando terminei os estudos no ensino fundamental, fui para o ensino médio, por intermédio do conhecimento dos meus pais e parentes, eu estudei dois anos em um colégio estadual, em Manaus, mas a adaptação foi difícil, o fato de ser indígena era duro demais a pressão foi tanta que no último ano do ensino médio retornei para Santa Isabel do Rio Negro, onde encerrei o ensino médio na única escola existente, ou seja, para a única que existe até hoje. No meu retorno, voltei a participar dos movimentos culturais entre esses, viajei para São Gabriel da cachoeira para disputar a escolha da Cunhã Puranga (moça bonita) representan-

do a etnia Baré no I FESTRIBAL. A “cara” de índia ou o “cabelo de índia” sempre foram a minha marca nos lugares que eu chegava, não tinha vergonha de assumir quem eu era, talvez até porque todos e todas eram indígenas nos lugares que eu frequentava. Conheci várias indígenas de outras etnias e dialogar com cada uma era um aprendizado diferente.

Durante a minha juventude, percebi que ser “índio” para alguns era uma ofensa, gerava medo e, a vergonha era silenciada pelas regras colonizadoras deixadas no Rio Negro. Não falar que era indígena era algo importante, pois ninguém ia te chamar de burro, preguiçoso ou vagabundo. Ninguém nas escolas falava sobre as nossas culturas, geralmente, elas eram chamadas de lendas e mitos, mesmo que a maioria dos professores fosse constituída por indígenas. As freiras eram as diretoras e pedagogas, no município de São Gabriel se conseguiu inserir o Nheengatu na grade curricular do Colégio Salesiano, enquanto em Santa Isabel do Rio Negro não se conseguiu, assim sendo se lidava com o português.

Quando terminei o ensino médio, não existia, naquela época, expectativas para cursar a graduação na área da saúde, os cursos eram voltados para educação. Quando surgiu a oportunidade do curso de microscopia oferecido pela ONG SECOYA. Dei os passos iniciais na área da saúde, fato que me permitiu compreender e a necessidade de seguir os estudos na área. Eu fui a primeira indígena mulher a ser contratada como microscopista pela Fundação Nacional da Saúde (FNS), comecei a trabalhar nas comunidades indígenas da minha região, o Médio Rio Negro no Amazonas. De fato, a carência de profissionais na área da saúde era visível e, principalmente, de indígenas formados na área da saúde. Nesse período decidi cursar o técnico de laboratório, que era oferecido somente em Manaus, no Laboratório Central (LACEN). Então, em 1996 deixei o meu povo para estudar.

No meu retorno ao município de Santa Isabel do Rio Negro continuei o meu trabalho como microscopista nas comunidades das etnias Macú, Baré e Yanomami. Todas as vezes que saía para as viagens de busca ativa de malária era um aprendizado em compensação as preocupações em relação à saúde dos povos indígenas do Rio Negro cresciam. O descaso era visível, me sentia incapaz pelo fato de não poder ir além. A saúde nas comunidades era sempre responsabilidade de pajés, rezadeiras e técnicos de enfermagem, estes eram levados pela minha equipe de

trabalho. Em seguida trabalhei no laboratório de análises clínicas do Hospital do Estado do Amazonas, que antes era conhecido como Hospital dos Salesianos.

Entre os Yanomami ocorreu minha experiência mais desafiadora. Não entendia a língua e mesmo assim fazia de tudo por manter bom diálogo entre nós. Algumas aldeias se localizavam no alto das serras, andava 12 horas seguidas e quando chegava no local nenhuma estrutura para o atendimento existia, tudo era muito improvisado. O respeito a minha pertença Baré era muito valorizada pelos indígenas por onde eu passava, o cuidado com a saúde de todos e todas era o meu objetivo, pois eu tinha o entendimento de que a malária por muitos anos matou o meu povo e a luta era contínua diante dessa doença, que também, segundo a minha avó, *“veio pelo rio”*. A participação nos rituais de saúde nas aldeias por onde eu passava trabalhando era algo que alimentava o pertencimento étnico todos os dias, mesmo não sendo do meu povo. Entre idas e vindas entre os Yanomamis participei do ritual da festa da pupunha (fruta amazônica), e tive o prazer de ser convidada a participar, cantar e dançar à noite. Foi uma experiência diferente da do meu povo, pois a nossa dança e música forte é o Dabucuri (dança do povo baré). A minha vida de trabalho nas aldeias fez com que eu reforçasse a minha vontade de lutar, mas era pouco o que eu fazia. Existiam limitações impostas pelo governo e não se implementava uma proposta de saúde diferenciada para povos indígenas, pode-se dizer tudo era feito, com a boa vontade dos profissionais que iam trabalhar conosco.

Queria muito estudar, porém era algo distante. Foi quando conheci o pai de meus filhos e me afastei da minha comunidade por algum tempo. A família e eu sofremos com a distância, o primeiro pedido de minha mãe foi *“não fala que você é indígena, você vai sofrer”*. As mudanças trazidas com o novo modo de vida na cidade de Belém no Pará eram enormes. Foi quando decidi entrar na UFPA, foi importante para sair do anonimato e romper com o silenciamento étnico de anos, e do encobrimento da identidade Baré. Muitas das vezes, faziam piadas com a minha pertença indígena, isso me feria muito, porém manter o sorriso sem graça era a maneira de defesa.

Fazer o curso de biomedicina era algo pensado e decidido há alguns anos, pois eu realmente queria ser pesquisadora, afinal de contas sempre fomos *“objetos”* de pesquisa e todas as vezes que a FIOCRUZ de Manaus ia fazer pesquisa

entre nós eu participava na coleta e diagnóstico de doenças e a metodologia me incomodava, pois éramos obrigados a participar, não tínhamos autonomia de dizer “não quero”. Minha entrada na faculdade de biomedicina possibilitou que eu me fizesse presente no Laboratório de Genética Humana e Médica, como bolsista da iniciação científica. Foi quando de fato me senti na saúde, ou seja, fazendo saúde em espaços sociais quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Quando formei em biomedicina senti uma vez mais vontade de ir além. Assim decidi entrar no mestrado, não queria qualquer programa, pensava em algo que pudesse estudar de forma a me relacionar com a pertença Baré e, também, estudar propostas de saúde diferenciada.

A Antropologia foi o programa que escolhi e o campo foi a área de bioantropologia. Porém meu foco não apenas os acontecimentos relacionados ao passado dos seres humanos, e sim, o que vem acontecendo com os humanos nos dias de hoje, e mais ainda com a saúde dos povos indígenas. Confesso que na Antropologia foi difícil de viver, muitas vezes tive vontade de desistir, porém eu lembrava de minha avó que falava da importância de estudar e ser “doutora” para cuidar melhor de todos e todas em Santa Isabel do Rio Negro. Eu não podia deixar as lideranças “na mão” as minhas lideranças que confiaram a mim o estudo e formação, era preciso dar retorno, talvez a academia não entenda a importância de estar nas universidades e que o retorno à aldeia é sempre requerido. Lembro muito da fala de Uwira Xakriabá (William César Lopes Domingues): “você tem que resistir e não desistir de seus objetivos” foi quando eu sofri com o racismo dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde eu jamais imaginei que poderia acontecer. Venci a barreira e entendi que mesmo em locais, onde o racismo deveria ser varrido, ele se faz presente e a luta por direitos não cessa.

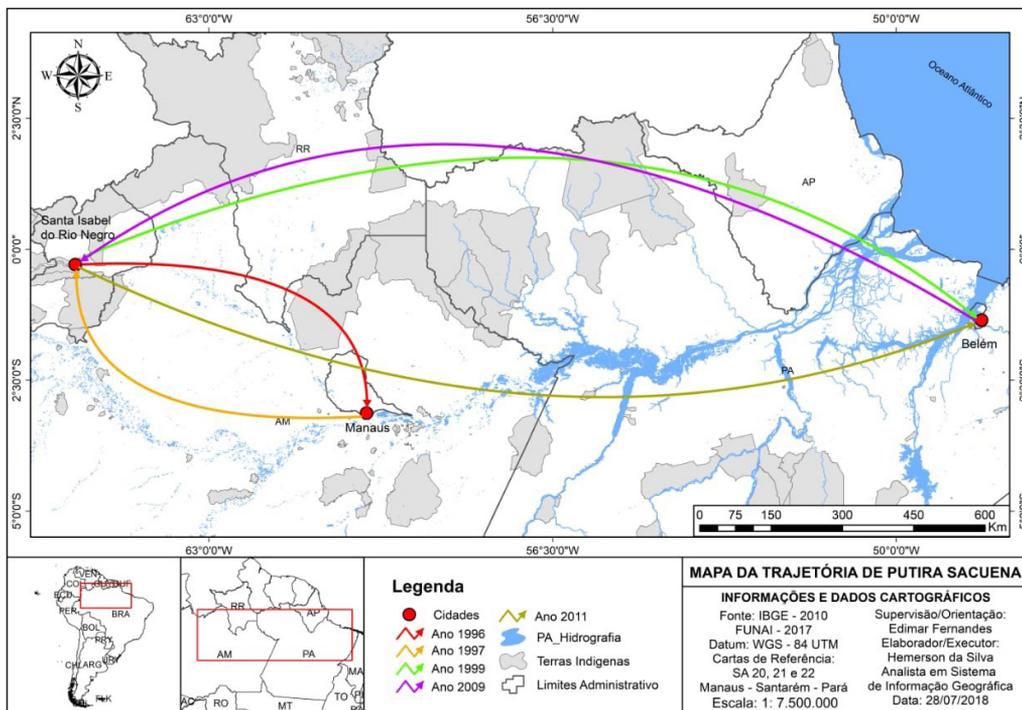
O entendimento e o olhar diferenciado na saúde indígena são essenciais para o bom atendimento aos povos indígenas. Durante a minha vida acadêmica na UFPA, consegui acompanhar o estado de saúde da minha avó, até o início do ano 2018, quando a mulher que me inspirou e incentivou, foi ficando cada dia mais fraca. A “academia” não consegue perceber que nós Baré adoecemos junto com a nossa família e essa relação de saúde e doença está além das universidades. No mês de março a minha Curacy viajou para Manaus e eu não pude

acompanha-la, como nos outros anos, a dor era imensa, pois eu tinha certeza que os hospitais não estavam e não estão preparados para receber povos indígenas. Consegui acompanhar de longe, a “Antropologia” não conseguia me acompanhar e entender o meu sofrimento. A cobrança da dissertação era mais importante a ancestralidade. Minha avó morrendo, mesmo eu tendo noção da importância da minha ancestralidade espiritual e da minha história, não fui ter com Curacy.

A partida de minha avó se deu no dia 10 de maio de 2018. Nossa, como foi difícil escrever isso, toda minha inspiração para estudar e ser pesquisadora estava partindo e eu aqui na Universidade buscando e lutando por respostas do que está acontecendo com a saúde das comunidades indígenas, e eu me perguntava: “será que valia apenas estar aqui?” Depois de longas conversas com a minha família e os indígenas na UFPA, o olhar dos parentes de referência e admiração pela minha pessoa me fez pensar e continuar com os meus objetivos. Assim, dei o prosseguimento aos estudos com a colaboração de parentes indígenas que confiaram em mim.

No decorrer de meu trabalho usei várias palavras que não nos representam, enquanto povos indígenas. As normas da academia muitas vezes são cruéis, entre essas usar referências que não nos dizem respeito. Peço desculpas aos povos indígenas do médio Rio Negro no Amazonas. Estudar em uma Universidade que talvez jamais se prepare para lidar com a diferença cultural é um desafio para nós indígenas, porém não podemos desistir, temos que ter força para valorizar todo sangue indígena derramado em um solo que é nosso, mas que se chama Brasil e esquece o passado. É difícil resistir dentro da estrutura acadêmica, mas a nossa vida não é fácil. Que sigamos lutando com o sistema que nos é imposto, pois precisamos resistir para continuar existindo. Nem tudo são flores, mas em meio as rochas há pessoas que conseguem ser parceiras.

O mapa abaixo aponta os passos de minha trajetória de vida e a relação com a saúde indígena diferenciada.



Para alcançar os meus objetivos de estudar câncer de colo de útero entre indígenas mulheres trabalhei com o perfil epidemiológico dos povos indígenas localizados na área de adstrição do DSEI/Guamá Tocantins, com enfoque na prevalência de doenças não transmissíveis, acompanhada pelos parceiros não indígenas que tentam praticar a interculturalidade e apoiar os indígenas estudantes.

### Sobre a autora:

**Eliene dos Santos Rodrigues:** Doutoranda e mestre em Antropologia e graduada em Biomedicina pela Universidade Federal do Pará (UFPA). **E-mail:** putirasacue-na@gmail.com

Recebido em 14 de fevereiro

Publicado em 14 de março

